

## RESENHA BIBLIOGRÁFICA (\*).

HOLANDA (Sérgio Buarque de). — **Caminhos e Fronteiras**, Livraria José Olímpio Editôra, Rio de Janeiro, 1957, 334 págs.. 25 ilustrações fora do texto.

São apresentados, nesta obra, vários estudos já anteriormente divulgados pela imprensa em ocasiões diversas, mas que aqui se revestem de novo interesse, não só pela unidade atingida através da concatenação dos vários assuntos, como pelo enriquecimento do texto com novas pesquisas e considerações. **Índios e Mamelucos, Técnicas Rurais** e, por fim, **O Fio e a Teia**, constituem os títulos das três partes em que se dispõe a matéria, a qual, em última análise, revive certos aspectos da instalação de uma nova cultura em terras brasileiras. O papel do índio é sobremaneira ressaltado nos primeiros tempos da colonização, especialmente quando suas técnicas e meios de subsistência vêm muitas vezes socorrer o colonizador, na luta para, sobrepujar dificuldades quase intransponíveis de um meio tão estranho quanto adverso. E' nessas condições que se vão fixando traços culturais indígenas entre os adventícios, os quais, por sua vez, lenta, mas definitivamente, impõe a sua cultura na colônia. Jamais, porém, se apagará a influência dos nativos, influência essa que o Autor soube tão bem associar à mobilidade das populações do planalto paulista — tema, aliás, que vem, de longa data, analisando. De fato, com o desbravamento dos sertões intensifica-se o processo de empréstimos culturais, cujas sobrevivências resistiram, por muitas vezes, à crescente penetração da civilização. E' isto ilustrado, de maneira especial, nas duas últimas partes, não se poupando o Autor à apresentação de dados concretos referentes à introdução ou mudança de várias técnicas, revelando-se, então, sem dúvida alguma, mais o etnólogo que o historiador social. O estudioso da mudança cultural encontrará, por exemplo, no capítulo **Tradição e Transição**, sugestivos aspectos do processo de aculturação, que, embora restritos a fatores materiais, surgem, em não poucas ocasiões, num estreito entrelaçamento, quase levando o leitor a divisar uma cultura colonial, reconstruída no seu todo, complexo e funcional. Foge o Autor aos clássicos esquemas de tais estudos — os quais, não raro, ressaltam de preferência o impacto do grupo dominante sobre o estilo de vida indígena — colhendo exemplos significativos do aproveitamento e assimilação de traços emprestados aos nativos. Assim sucedeu com a caça e a pesca, chegando o colono a incorporar muitos de seus termos ao vocabulário brasileiro. No caso da agricultura, verificou-se mesmo curioso processo de regressão técnica, pois embora fôssem os portugueses portadores de técnicas bem mais adiantadas, acabaram adotando praticamente as dos índios. Estes, é verdade, aceitaram rapidamente as ferramentas de ferro, desde cedo forjadas na nova terra, mas nem por isso chegaram a introduzir modi-

(\*) . — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica (*Nota da Redação*).

ficações radicais nas práticas rurais. A tal ponto foi essa influência, que, afirma o Autor, “após a primeira geração na colônia, pareciam, não raro, ignorantes dos hábitos de seus ancestrais” (pág. 178). Lamentamos não se ter detido o Autor com mais vagar nesse ponto, indicando a medida em que teriam sido úteis ou aproveitáveis tais hábitos nas novas condições, ou mesmo se tinham meios de empregá-las, diante dos problemas de comunicação, pessoal, e outros fatores de ordem ecológica, geográfica, etc. A adoção ou rejeição de traços culturais, como o próprio Autor tantas vezes tem lembrado, obedece a critério rigorosamente seletivo, e não se processa pelas simples contingências do momento, ou por mera “passividade”. Reconhece o Autor que os índios jamais aceitaram indiscriminadamente as inovações, mas já quanto ao europeu, não se preocupa em utilizar o mesmo critério: “o europeu transigiu em tudo, com os processos indígenas, sem se dar sequer ao trabalho de aperfeiçoá-los” (pág. 202). E’ o que nos revelaria o fato de terem os colonos se apegado de tal forma ao método de construção de canoas inteiriças de perobas e ximbaúvas, que, quando não puderam contar mais com madeira suficiente para esse fim, vieram a prejudicar todo o comércio que haviam desenvolvido por via fluvial para Mato Grosso. Mas, perguntamos, conheceram os colonos alguma outra técnica de construção de canoas antes dessa? Não teria, pois, havido um aprendizado sobremaneira ativo e uma adaptação antes dinâmica que passiva? No exame que faz o Autor da adoção das rêdes e de seus métodos de tecelagem, já procura levar a cabo um estudo comparativo bastante detalhado, verificando que, “com muito poucas exceções, onde o europeu adotou entre nós algum produto indígena associado a métodos plenamente desenvolvidos, adotou também esses métodos, abstendo-se de modificá-los. Quando se tratasse de artigos já conhecidos no velho mundo, como já era o caso do algodão, limitava-se em geral a aperfeiçoá-los em algum ponto, sem contudo alterá-los substancialmente” (pág. 204). Interessante caso de trocas culturais ocorreu no campo da tecelagem: a técnica de fiação de algodão, introduzida pelos jesuítas logo no início da colonização, mante-se como indústria caseira, de caráter primitivo, até o surto da indústria textil no início do século XIX. O índio adotou o arco de cardar dos teares horizontais trazidos da Europa, e, em compensação, viram adotados pelos colonos, seus teares verticais, de tecer rêdes. Encontrou o Autor reminiscências desta última técnica no interior, constituindo objeto de minuciosa análise a comparação dos teares sorocabano e cuiabano entre si, ambos conservados no Museu Paulista. Constituem também, o arado e o monjolo, objeto de detalhada análise, quer do ponto de vista da difusão histórica, quer das suas sobrevivências. Enquanto o primeiro, introduzido em 1778, vai ser pôsto de lado por motivos de ordem técnica, foi o outro utilizado na lavoura do trigo, e transferiu-se com sucesso para a do milho, comum entre os indígenas, e que depois se expandiu grandemente pelo interior afora. Como não podia deixar de acontecer, na Colônia, desde que um produto se expande e começa a dominar, forma-se um verdadeiro complexo do mesmo, no caso, o

“complexo” ou “civilização do milho”, caracterizando certa fase da vida interiorana. Procura o Autor fundamentar uma série de considerações em exaustiva pesquisa histórica e cultural, em brilhante síntese que tão bem ilustra várias facetas desses nossos primeiros séculos de colonização.

MARIA HELENA C. DE FIGUEIREDO STEINER

\* \*  
\*

WRIGHT (Mary Clabaugh). — **The last stand of chinese conservatism. The T'ung-Chih Restoration, 1862-1874.** Stanford University Press, Stanford, Califórnia, 1957, 426 págs.

Em 1860, o processo de desagregação da velha China atingira seu ponto culminante. A contínua intervenção das potências estrangeiras, determinando pela violência a assinatura de tratados consagradores de uma humilhante posição chinesa, levava à chamada “guerra de Lorcha” (1857-1860); franceses e ingleses acabaram por ocupar Pequim, pilhando e destruindo o palácio imperial de verão, forçando o Imperador à fuga para o Jehol; assinava-se o tratado de Tientsin, estabelecendo a criação de missões diplomáticas européias, a jurisdição consular para os estrangeiros, a liberdade de ação para as missões cristãs e uma série de vantagens para o comércio ocidental. Por outro lado, no interior, a rebelião Taiping prosseguia, desorganizando numerosas províncias, após ter já destruído Nankim em 1853. Neste ambiente é que se manifesta a chamada Restauração T'ung-Chih, reunindo a elite mandchú e chinesa à volta do trôno e envidando esforços para salvar o país da ruína total. A todos os setores estendeu-se a obra da Restauração: “não só a supressão da rebelião, a seleção e o contrôle de oficiais e o adestramento dos exércitos, mas também as normas de comportamento na vida social cotidiana, relações pessoais no âmbito da família e fora dela, o papel das mulheres, as relações entre as gerações, a escôlha de ocupações, a procura de recursos, as formas de recreação” (pág. 301). Além de tudo isto, evidentemente, havia a necessidade de estabilizar as relações com os países estrangeiros, o que atribuía ao movimento toda uma face externa, complementar da que se voltava para os assuntos internos. A base de todo o programa era constituída pelo confucionismo, tanto assim que as diversas coletâneas de escritos políticos do período — memoriais, ensaios, cartas, etc. — contêm, literalmente, centenas de “planos básicos” para a restauração do Estado confusiano e para a salvação da China. O principal representante desta grande corrente, Tseng Kuo-fan, considerado ainda hoje como mais hábil expoente moderno do conservantismo chinês, reconheceu a importância de inovações específicas nos campos das finanças, do serviço civil e em vários outros, mas acentuou sempre a relevância da seleção e da educação dos homens de talen-